

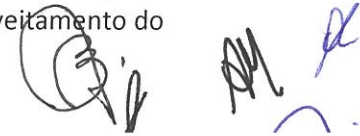
ATA COMDEMA 15/02/2017

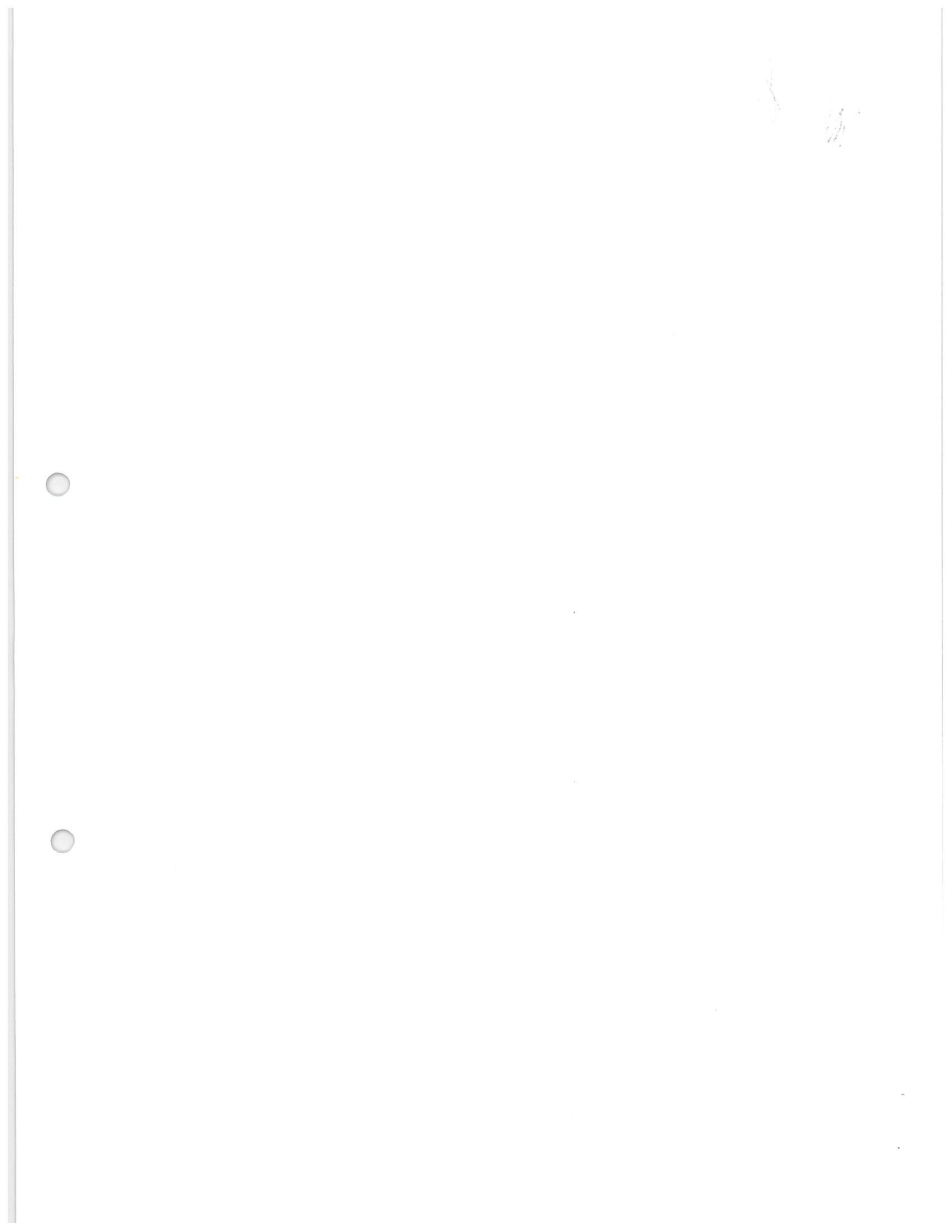
Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sito à Rua Doutor Leopoldo Guimarães da Cunha, nº 510, às dezessete horas e cinco minutos, deu-se início à reunião ordinária com a presença dos conselheiros Caroline Schoenberger, Marcia Regina Carletto, Vicente Nadal Neto, Diego Silvério dos Santos, Augusto Iurkiw, Jamile Salim, Karla Volaco Gonzales Stamoulis, Giovanna Paola Primor Ribas, Edilson Gorte, Hugo Q. Bagatim, Isabele Futerko, Geraldo Luiz Mikowski, Luciana de Fátima Garcia, José Vanilson Cordeiro, Affonso Weigert de Saldanha, Alceu Becker, Marcos André Aleixo, Elizabeth W. Scheffer, Gilson Burigo Guimarães, Daniel Poletto Tesser e o Secretário Executivo Paulo Eduardo Oliveira de Barros. Presentes nesta reunião: Geraldo Kapp da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Gabriela Leonhardt e Susan C. Domaszak B. Araujo da ICMBIO/Parque Nacional, Ana Luiza A. Campos da ICMBIO/JEPG, Lilian Miranda Garcia ICMBIO/PNCG/PR, Ana Claudia Barana e Mario Sergio de Melo da UEPG, Luiz Eduardo Pilatti Rosas da ACIPG, João Stefaniak da URBI, Luiz Carlos Gorchinski da AUTRANS e Willy Clemente acadêmico da UEPG. A presidente do COMDEMA, Sra. Caroline Schoenberg iniciou a reunião apresentando a pauta (propostas de gestão da SMMA) e questionou aos conselheiros se as pessoas presentes que não fazem parte do conselho poderiam fazer perguntas após a apresentação do secretário de meio ambiente Paulo Barros. Com a aprovação pelos conselheiros, em seguida apresentou o convite do comitê gestor da bacia hidrográfica do Tibagi, para participar da reunião que acontecerá no próximo dia 20/02 em Londrina, onde vai ser realizada a eleição da diretoria do comitê, se tem alguém no conselho que tem interesse para participar como representante e suplente. Destacou a importância do COMDEMA em participar. Passou então a palavra ao secretário da SMMA, Sr. Paulo Barros, que fez uma breve apresentação da sua formação profissional. Destacou que, com a criação da secretaria de meio ambiente pelo prefeito Marcelo Rangel, veio para a SMMA, a atribuição do licenciamento ambiental e a limpeza urbana. Apresentou o organograma da SMMA que hoje conta com cinco departamentos, destacando o Departamento de Saneamento e Recursos Hídricos, diretor Geraldo Kapp, responsável pela limpeza urbana através da concessionária PGA, pelas quatro associações de catadores, aterro de botuquara, contrato SANEPAR e coordena também junto com a concessionária PGA uma equipe de 30 detentos do sistema prisional (semi-aberto) que fazem a limpeza urbana. A SMMA conta com 52 servidores e o orçamento anual de 2017 é de R\$ 31.500.000,00 sendo destinado 75% para a coleta de RSU. Pediu para agendar uma reunião específica para tratar somente do FUNDAM, usar este dinheiro para melhorar a infraestrutura da SMMA, para os catadores (associações) e para capacitação dos técnicos da SMMA. Também, em parceria com o IAP, será usado o sistema desenvolvido pela Celepar, sem nenhum custo. Neste 1º semestre, a SMMA vai voltar a discutir o contrato da SANEPAR, onde está sendo contratada uma empresa para fazer a revisão do plano de saneamento com nova audiência pública e discutir também o destino final do nosso resíduo. Fez uma contextualização geral da gestão dos resíduos em Ponta Grossa: temos o contrato 189/2008 com a concessionária, com uma prorrogação prevista neste contrato e proveniente de um termo de compromisso, incentivando a fazer a coleta seletiva em moldes mais ousados. Este contrato tem atribuições (serviços) que envolvem a coleta do lixo regular, que contempla 100% da área urbana, os distritos e com caminhões compactadores transporta para o aterro municipal 7.500 toneladas de lixo por mês. Temos a coleta seletiva, através do porta a porta, no centro, Jardim Carvalho, Jardim América e também aproximadamente 160 PEV's instalados nos supermercados e escolas do município que juntos somam 200 cúbicos por

100
100

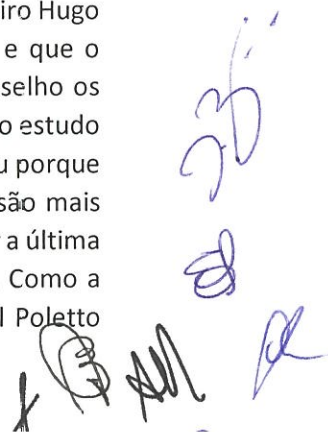


dia de material reciclável. Temos também vários pontos na cidade do Feira Verde, que é a troca de frutas e verduras por material reciclável que também vai para as quatro associações de catadores. Estas associações estão em estado crítico, algumas com maior urgência, onde já foi determinado ao departamento de saneamento e recursos hídricos como prioridade cuidar do catador (associações). Já foi realizada a limpeza em duas associações e iniciado processo para a mudança de endereço da ACAMARUVA e num futuro próximo, transformar as associações em cooperativa. A SMMA quer fazer uma mecanização para melhorar a eficiência no processo de separação do material reciclável. Com referência à usina, disse que é preciso amadurecer a ideia, uma vez que foi realizada apenas a primeira etapa através da audiência pública, onde foram apresentadas à sociedade as tecnologias possíveis de aplicar na cidade. As demais etapas, como análise econômico-financeira do município, licitação e licenciamento, implantação e licença de operação demanda um longo prazo. Não existe uma previsão para ocorrer estas etapas, mas deixou claro que não vai parar este processo de discussão para instalação de uma usina termoeletrica, embora seja um processo longo e desgastante. Diante das novas denúncias sérias do aterro do botuquara e onde já está determinado pelo Ministério Público o fechamento deste aterro em julho do corrente ano, existe a possibilidade de implantação de um aterro privado, que foi visto positivamente pela PMPG, que atualmente não tem condições financeiras de adquirir uma grande área e nem tempo hábil para fazer um processo de EIARIMA e licenciamento para um novo aterro público, devido ao encerramento do botuquara. Este aterro privado fica dentro da formação Ponta Grossa, com condições geológicas favoráveis, de fácil acesso, sem unidades de conservação próximas, longe de qualquer corpo hídrico. Pediu ao conselho para conhecer, discutir e se for viável apoiar a implantação deste novo aterro. Disse que vai fazer uma reunião específica dos empreendedores com os geólogos e engenheiros do conselho. Pediu ainda ao conselho que se faça uma discussão e finalmente se encerre o aterro do botuquara, apoiando este novo aterro que está em condições gerais muito melhores que o aterro atual do município, com possibilidades econômicas muito melhores e também questões que envolvem agilidade no processo onde a empresa privada já avançou bastante. A SMMA tem um desafio que é achar um destino final para os resíduos sólidos urbanos, podendo assim se concentrar mais nos catadores e na coleta seletiva, no licenciamento ambiental, no Rio Verde, nas unidades de conservação municipal, implantação do parque de Olarias, recuperação do Madureira, rediscussão do contrato da sanepar, enfim, a dinâmica e o desafio que o conselho e a SMMA tem é muito grande. O secretário Paulo Barros encerrou a apresentação e foram iniciadas as perguntas, onde o conselheiros Edilson Gorte perguntou se foi pensado em fazer uma usina de triagem e sobre o passivo ambiental deste aterro particular? O secretário da SMMA respondeu que o surgimento de passivo no aterro privado é a disposição dos resíduos e que tecnicamente, pelos primeiros estudos, este novo aterro poderá receber resíduos por 35 anos e a usina poderá ser uma alternativa para gerar menos passivo. Não vai surgir passivo em relação a contaminação do lençol freático e lançamento em corpo hídrico, sendo fiscalizado pela SMMA e IAP. As primeiras conversações com os proprietários do aterro privado foi em fazer uma compensação, como a implementação de uma cooperativa dos catadores (CTR), com amplo espaço, com uma modernização (mecanização) para uma melhor eficiência na separação dos materiais, de preferência mais no centro da cidade para minimizar os custos. O Prof. Poletto perguntou se é possível discutir, fazer um mapeamento para implementar uma política de RSU mais completa no município. O secretário Paulo Barros respondeu que mesmo antes de assumir a SMMA, no IPLAN já havia um planejamento em relação ao resíduos sólidos, mas a prioridade hoje na secretaria é o botuquara e em relação aos catadores é fazer um melhor aproveitamento do





espaço nas associações. O problema hoje está no final do processo, botuquara e associações de catadores, onde temos acúmulo de material nas associações e estamos jogando lixo num local inadequado, onde devemos ampliar os PEV's reduzindo o material que vai para o aterro. Cabe ao município fazer uma maior divulgação das coletas. O Prof. Poletto disse que é preciso uma melhor gestão e maior transparência da SMMA. O secretário disse que pretende trabalhar mais a questão da eficiência e que a transparência por parte da SMMA está começando hoje. O Sr. João Stefaniak cobrou a falta de transparência na renovação do contrato da PGA e que o conselho não se posicionou a respeito do assunto. A presidente do conselho afirmou que o COMDEMA se manifestou juntamente com a OAB pedindo esclarecimentos junto ao Ministério Público. A representante da OAB, Sra. Giovana, disse que o contrato foi renovado sem o conhecimento do conselho. O Sr. Paulo Barros esclareceu que a concessionária cumpriu as cláusulas para a renovação do contrato 189/2008, onde foi prorrogado por mais oito anos, com parecer jurídico e com CPI na Câmara Municipal de Vereadores de Ponta Grossa. O conselheiro Prof. Mario Sergio pediu transparência, consulta e diálogo com o conselho e com toda a sociedade nesta nova gestão, com uma preocupação real com meio ambiente. Disse que nestes nove anos em que se discute o botuquara, aprendeu-se coisas óbvias e essenciais que antes eram consideradas irrelevantes ou menos importantes, citando como por exemplo que o aterro deve estar sobre rochas com solo impermeável e deve ficar afastado das nascentes. Os problemas que o botuquara vem apresentando são relativos a gestão, ao contrato e como a administração pública vem gerenciando este contrato. Disse ainda que os problemas seriam muito maiores se o botuquara não fosse público. O aterro privado não vai ser aprovado, sem passar pelo mesmos trâmites que um aterro público. O município deveria aplicar todos os esforços para realizar um aterro público, para não configurar uma situação de monopólio. A utilidade pública é um dos meios usados para facilitar a compra de um terreno apropriado, com um funcionamento melhor do que existe hoje e também com um novo contrato de coleta de lixo. O secretário respondeu que pela situação emergencial, fazer um processo de estudo e desapropriação requer um prazo mais longo e este aterro privado, que não tem nenhum vínculo com a concessionária, seria a única alternativa, existindo também hoje a questão da falta de recursos. Informou que a imprensa em nenhum momento foi impedida de entrar no aterro do botuquara. A conselheira Isabela disse que o aterro privado vai aumentar o valor da taxa do lixo, onde o secretário informou que hoje muitos custos operacionais não estão contemplados na nossa planilha como a argila e as obras realizadas no aterro, e também não tem um tratamento adequado para o chorume, justificando este aumento. Foi feita uma pesquisa na época do IPLAN, onde o município gastava por habitante R\$ 45,00, sendo a média nacional de R\$ 75,00, resultando na precariedade do aterro. Depois de fechado o botuquara, não tem nenhum aterro grande próximo de nós para levar o lixo, portanto o custo para levar para Curitiba ou Santa Catarina ficaria muito alto. A PMPG até o momento, focou como única solução a tecnologia de incineração. O aterro privado não seria definitivo. Qualquer aterro tem que ter capacidade mínima de dez anos. O conselheiro Hugo disse que o conselho pediu uma cópia do estudo realizado pela concessionária e que o mesmo ainda não foi entregue e questionou quando vai ser apresentado ao conselho os estudos do novo aterro. O secretário Paulo Barros disse que já solicitou uma cópia do estudo à concessionária. Deixou claro que é um estudo preliminar e que o promotor cobrou porque o estudo não foi feito pela PMPG. Pediu 30 a 45 dias para promover uma discussão mais técnica para tratar do aterro privado. A Prof. Ana disse que o aterro privado deve ser a última opção e devemos reduzir o lixo, reciclar e investir mais em educação ambiental. Como a PMPG vai trabalhar a questão, reciclar para pagar menos? O conselheiros Daniel Poletto




10/10/10



disse que a PMPG deve ter incentivos para atrair pequenas empresas do setor de reciclagem. O secretário disse que primeiramente tem que providenciar um destino final para o RSU e também melhorar as condições das associações de catadores. Neste momento não pode incentivar ainda mais a coleta seletiva, porque não tem uma capacidade de suporte nas associações para converter o material que chega, ficando muito material acumulado. Não vai haver conflito econômico entre a concessionária e as associações, porque para a concessionária que faz a coleta, não importa qual será o destino final, se aterro ou associação. A educação ambiental é um grande desafio. Temos que ser mais ousados na divulgação, como as farmácias que fazem a coleta do remédio com data de validade vencida, da coleta dos resíduos da construção civil, onde devolver a sua lâmpada, a sua pilha, etc. Divulgar também em eventos, universidades e academias. A prof. Elizabete questionou qual é a área para o novo aterro e qual seria a modalidade para a contratação. O secretário respondeu que irá conversar com os proprietários para uma futura visita do conselho neste local e que será acompanhada por uma equipe de geólogos. A modalidade será semelhante ao que foi feito em situações emergenciais em Maringá e Curitiba. Antecipou que deste aterro privado fica sobre a formação Ponta Grossa, longe do Rio Tibagi, sem nenhuma unidade de conservação perto, em condições muito melhores que o aterro do botuquara. Já foi informado ao Ministério Público a localização do novo aterro privado. O conselheiro Paulo disse que é dever da SMMA observar todos os aspectos ambientais nos licenciamentos e que não tem técnicos capacitados o suficiente para todas as situações. Diante da eminência da redução da maior unidade de conservação do estado do Paraná, é fundamental que a SMMA e o conselho se pronunciem. Qual o posicionamento da secretaria em relação aos aspectos ambientais. O secretário respondeu que trouxe para a secretaria, como Diretor do Licenciamento, o professor Paulo, que é doutor em solos e entende bastante de hidrogeologia. É necessário capacitar melhor a equipe e também trazer um eng. químico e um geólogo que estão faltando na secretaria. Temos que cuidar das unidades de conservação municipais e quanto a escarpa devoniana, ficaremos conhecendo melhor do assunto na audiência pública que irá acontecer. Disse que primeiro precisa conhecer o que está acontecendo em relação a escarpa devoniana. Reuniões já estão acontecendo e existe um conflito em relação a unidade de conservação criada pela secretaria de cultura e a proposta da UEPG. O secretário disse que tem que ouvir as duas partes, consultar o conselho, levar ao prefeito para que se possa ter uma visão melhor sobre o assunto. É preciso consolidar as unidades de conservação municipal e discutir melhor as unidades de conservação estadual e federal. Após a palavra aberta, a secretaria Caroline Schoemberg confirmou que as próximas reuniões serão às quartas-feiras e deixou em aberto para as próximas reuniões o assunto da drenagem que não será discutida junto com o plano de saneamento. Agradeceu a presença do secretário de Meio Ambiente Paulo Barros e de todos os presentes. Encerrou a reunião às 17h15min.


CAROLINE SCHOEMBERG
Presidente COMDEMA


PAULO EDUARDO OLIVEIRA DE BARROS
Secretário Executivo/PMPG/SMMA

